

Mortos por tiro podem superar os 400

Novo levantamento do conselho de medicina abrange todo o Estado e o período mais sangrento da crise da segurança

Dados serão mostrados à comissão federal que chega hoje a SP para acompanhar investigações sobre mortes entre os dias 12 e 20 de maio

FABIANE LEITE

Folha de São Paulo

Novo levantamento do Conselho Regional de Medicina aponta que cerca de 400 pessoas foram mortas por armas de fogo no Estado de São Paulo no período mais sangrento da guerra deflagrada pelo PCC, entre os dias 12 e 20 de maio.

O conselho concluiu a avaliação de todos os 23 IMLs do Estado, segundo pessoas que acompanham as investigações. Até a semana passada, havia divulgado apenas os dados de um dos postos do Instituto Médico Legal, o Central, que fica em Pinheiros (zona oeste). No local tinham sido computadas 132 mortes em razão de tiros.

O total de mortos dos IMLs incluem todos os tipos de morte por arma de fogo, como suicídios e crimes passionais. Mas essas cerca de 400 mortes -uma média de 50 por dia -superam a realidade do Estado no primeiro trimestre deste ano, uma média de 20 assassinatos diários. A Secretaria da Segurança Pública, procurada ontem pela Folha no fim da noite, informou que, em razão do horário, não encontrou ninguém que pudesse comentar os dados. A pasta enviou ao Ministério Público estadual lista em que constam as mortes de 122 suspeitos de crimes em confronto com a polícia durante a crise no Estado -91 teriam ligação com o PCC, segundo a análise do governo. Mas os dados se referem ao período de 12 a 19 de maio. Ontem os dados do Cremesp, que passavam pelas últimas checagens, chegaram informalmente a entidades e órgãos que acompanham as investigações sobre a onda de violência. Elas aguardam o relatório oficial ser divulgado hoje, em uma reunião com a presença de comissão especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão ligado ao Ministério da Justiça que acompanha as investigações.

O grupo investiga se houve abuso da polícia e se há mais mortos do que o divulgado pelo governo.